

# Agronegócios

**Comércio** Comissão do Parlamento Europeu quer coibir entrada de produtos de áreas associadas a desmatamento

## Proposta regra rígida para importações da UE

Assis Moreira  
De Genebra

O caminho para o endurecimento das regras para as importações agrícolas da União Europeia teve mais uma etapa ontem, quando uma comissão do Parlamento Europeu aprovou uma proposta de resolução para "colocar fim ao desmatamento mundial provocado pela UE".

A Comissão de Meio Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar (ENVI) do Parlamento Europeu adotou, por 45 votos a favor, 11 contra e 25 abstenções, uma resolução por meio da qual os "operadores no mercado europeu" seriam obrigados a fazer due diligence de rastreabilidade do produto importado, para assegurar que a carga não é proveniente de áreas de desmatamento.

Ao mencionar "operadores", a proposta se aplica não apenas a importadores, mas também ao se-

tor financeiro. Ou seja, os bancos também teriam de fazer a due diligence para identificar a origem, garantir a aplicação de regras e evitar financiar importação de produtos de áreas desmatadas.

Parlamentares europeus alegam que o consumo da UE é responsável por cerca de 10% do desmatamento mundial, por causa da importação de produtos como carne bovina, soja, óleo de palma, cacau, eucalipto, milho, madeira, couro e borracha.

Para os parlamentares, iniciativas voluntárias, certificações e outros selos ambientais não foram suficientes até agora para frear a tendência de desmatamento no mundo. Eles alegam que desde 1990 nada menos do que 1,3 milhão de quilômetros quadrados de florestas foram perdidos, uma superfície superior à da África do Sul.

A Comissão de Meio Ambiente nota que, atualmente, nenhuma re-

gra na UE proíbe a entrada no mercado europeu de produtos que contribuíram com a destruição de florestas, e que tampouco os consumidores sabem se aquilo que compram contribuiu para o problema.

Por isso, o relatório pede um novo quadro jurídico na UE baseado em exigências obrigatórias de due diligence, informação, divulgação e participação de terceiros. Os parlamentares pedem que sanções sejam introduzidas contra empresas que colocarem no mercado europeu produtos derivados de matérias-primas que afetam as florestas e os ecossistemas.

No entanto, até ocorrer um real endurecimento das condições de importações, muitas outras etapas terão de ser percorridas. O relatório da Comissão de Meio Ambiente será submetido ao plenário do Parlamento Europeu na segunda quinzena deste mês. Se aprovado,

seguirá para a Comissão Europeia para eventual elaboração de um projeto legislativo, que depois terá que voltar ao Parlamento e também precisará do aval do Conselho Europeu (dos governos).

Não se pode negar, porém, o simbolismo do que aconteceu ontem. Pela primeira vez a Comissão de Meio Ambiente recorreu ao artigo 47 do regimento interno do Parlamento, que prevê que a Casa poderá requisitar à Comissão Europeia a submissão de proposta legislativa sobre um tema específico. O Parlamento Europeu não possui direito de iniciativa legislativa, algo que cabe à Comissão Europeia, conforme o Tratado de Lisboa.

Parlamentares acreditam que a obrigatoriedade de due diligence poderá se concretizar, com base no compromisso político assumido por Ursula von der Leyen, a presidente da Comissão Europeia. Ela

não teve a chancela dos deputados do Partido Verde para conquistar o cargo, e para atrair apoio se comprometeu a fortalecer o direito de iniciativa legislativa do Parlamento.

Uma questão para a Comissão, porém, é até que ponto serão levadas em conta as demandas dos parlamentares. E se haverá disposição, por exemplo, para tornar a soja importada mais cara — e portanto, diminuir a competitividade da pecuária europeia.

O relatório menciona, em todo caso, vários estudos mostrando que a interdição de entrada na UE de produtos associados a desmatamento não terá incidência sobre volumes e preço e que os custos suplementares para os operadores seriam mínimos. Além disso, a medida obrigaria os concorrentes a respeitar as mesmas normas.

O Brasil é obviamente um alvo central, especialmente depois da cri-

se provocada pelos incêndios no ano passado na Amazônia. Mas os deputados consideram que uma legislação europeia deverá ser estendida a ecossistemas e florestas ricas em biodiversidade e que apresentam importante estoque de carbono, como ecossistemas marinhos, regiões úmidas e savanas. Eles esperam, também, que a Comissão Europeia estabeleça definições mais rígidas sobre que exatamente constitui desmatamento e degradação florestal.

Para os parlamentares, a política da UE sobre comércio e investimentos deverá incluir capítulos sobre desenvolvimento sustentável, com obrigações para respeitar plenamente compromissos internacionais. A relatora do relatório, a deputada alemã social-democrata Delara Burkhardt, deu declarações afirmando que, com a adoção do documento, existe agora a possibilidade de due diligence obrigatória.

## Um observatório para as florestas

Daniela Chiaretti  
De São Paulo

A Comissão Europeia, braço executivo da União Europeia, irá lançar um Observatório Florestal para proteger florestas no mundo, principalmente as primárias, e ajudar a direcionar recursos financeiros para apoiar práticas mais sustentáveis de uso da terra.

A Comissão está desenhando uma nova estratégia florestal que deve ser lançada em 2021 e o Observatório é um dos elementos da iniciativa. A ideia é usar dados de satélites para monitorar desmatamento, degradação florestal e mudanças na cobertura florestal. A expectativa é que as informações sejam disponíveis ao público. Segundo editorial da revista Nature, de julho, o Observatório estaria ligado ao Joint Research Centre (JRC), o serviço científico da Comissão Europeia.

Mais detalhes sobre a iniciativa serão divulgados hoje. Há um ano, em informe oficial, a Comissão dizia que entre as prioridades do Observatório está a intenção de encorajar produtos livres de desmatamento nas cadeias de fornecimento da UE, assim como fortalecer a cooperação para parar o desmatamento e a degradação, e encorajar a restauração florestal.

O Observatório Florestal responde à forte tendência dos consumidores europeus de rejeitarem produtos relacionados a desmatamento. "Não somos inocentes em relação ao que está acontecendo. Não podemos cobrar só responsabilidade, temos que assumir a culpa também", diz a deputada Maria Noichl, membro do S&D Group, a aliança de socialistas e democratas dentro do Parlamento europeu.

"A política europeia está sendo parcialmente responsável por estas chamadas que vemos nas imagens e não podemos apoiar isso", afirmou a deputada em webinar promovido ontem pelas organizações europeias Fern e Trase e pela

Universidade Federal de Minas Gerais. O evento discutiu como enfrentar o desmatamento com debatedores brasileiros e europeus.

Maria Noichl disse que o Acordo UE-Mercosul é um "problema sério" e que "tratados comerciais não podem continuar queimando florestas". O Green Deal europeu, disse, é uma "nova declaração ecológica e as políticas têm que estar em harmonia com ela". A deputada defende que o bloco europeu tenha uma legislação mais forte em relação ao desmatamento em suas importações agrícolas (ver matéria acima).

O deputado federal Zé Silva (Solidariedade-MG) falou sobre o PL 4734/2020 que propõe a criação de um selo verde para produtos da agropecuária. A certificação seria o resultado do cruzamento de dados ambientais do Cadastro Ambiental Rural (CAR) das propriedades rurais com os das Guias de Trânsito Animal (GTA) que indicam a procedência da carne. "O objetivo é dar transparência à origem da produção agropecuária brasileira", disse o deputado.

A ideia, que será testada no Paraná, foi desenhada pelo professor Raoni Rajão, da UFMG. Ele disse que pelo menos 17% da carne brasileira exportada para a UE tem relação com desmatamento.

"O governo não tem condições de combater a ilegalidade porque está abrindo mão dos mecanismos de comando e controle", disse Adriana Ramos, sócia do Instituto Socioambiental (ISA). "Temos que considerar no processo que o governo brasileiro está reduzindo a transparência de seus dados ameaçando sistemas como o do monitoramento do Inpe", seguiu. Adriana citou um relatório recente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) que aponta que, no primeiro ano do governo Bolsonaro, as invasões em terras indígenas cresceram 135%. As ONGs europeias e brasileiras defendem que o Observatório europeu leve em conta os direitos humanos também.

## França tenta reduzir dependência de grãos importados

De Genebra

Além de insistir que é preciso dizer "não" ao acordo de livre comércio entre União Europeia (UE) e Mercosul, a França tem um novo plano: subsidiar a produção de proteínas vegetais para reduzir as importações de soja desde Brasil e Argentina.

O plano é encarado com ceticismo inclusive no setor agrícola do país europeu, considerando custos de produção, terras disponíveis na Europa ocidental e a competitividade do grão sul-americano. Mas o governo francês considera que o desenvolvimento de proteínas vegetais é essencial para que a Europa reconquiste sua soberania alimentar.

Com os recursos emergenciais que recebeu da Comissão Europeia para a retomada da economia pós-pandemia, a França destinou € 100 milhões para seu projeto. "Não podemos aceitar ser tão dependentes das importações de soja brasileira", diz o ministro da Agricultura do país, Julien Denormandie. Ele defende que o plano seja encampado pela Política Agrícola Comum (PAC) que vai vigorar nos próximos anos e expandida a outros membros da UE.

A soja é uma das commodities mais visadas por organizações não governamentais (ONGs) e por alguns governos europeus pela associação com desmatamento no Brasil. Isso apesar das negativas das autoridades brasileiras — que, de toda maneira, têm credibilidade próxima de zero na Europa no que tange à área ambiental.

A demanda por proteínas vegetais na Europa é elevada: foram cerca de 23 milhões de toneladas em 2016/17, segundo relatório elaborado em 2018 pela Comissão Europeia. A taxa de autossuficiência varia: é de 79% para a canola, mas de apenas 5% no caso da soja. Assim, a UE importa cerca de 17 milhões de toneladas de proteínas vegetais por ano, das quais 13 milhões são de soja, 90% das quais do Mercosul.

O valor dessas importações cresceu de € 9 bilhões para € 12 bilhões entre 2008 e 2015, segundo a Copa Cogeca. Para essa poderosa central agrícola, a emergência de novos clientes da soja de Brasil e Argentina, sobretudo a China, enfraqueceu a



O ministro da Agricultura da França, Julien Denormandie: "Não podemos aceitar ser tão dependentes da soja brasileira"

capacidade europeia de suprimento e pode afetar o acesso a vegetais ricos em proteína no longo prazo.

A área destinada à soja na Europa dobrou desde a reforma da Política Agrícola Comum, em 2013, e superou 1 milhão de hectares, enquanto a colheita chegou a 2,8 milhões de toneladas em 2017/18 — foram 120 milhões no Brasil em 2019/20. Os principais produtores europeus de soja são Itália, França e Romênia.

Na Europa, cerca de 93% da soja é destinada à fabricação de rações. Mas a demanda tem crescido dois dígitos para a produção de alimentos alternativos a carnes e latices. O plano francês de € 100 milhões para subsidiar culturas com alto teor proteico será complementado por créditos do programa de investimento do futuro destinados à alimentação sustentável e à saúde.

Na última reunião de ministros europeus de Agricultura, a delegação francesa pediu "flexibilidade" na regulamentação futura da PAC para pagamento da chamada "ajuda acoplada" (coupled aid) aos produtores de proteínas vegetais, sem restrições técnicas às misturas de gramíneas e leguminosas e com alterações no teto dos subsídios. O país teve apoio formal de Espanha, Itália, Bulgária, Chipre, Croácia,

Grécia, Hungria, Letônia, Luxemburgo, Polônia, República Checa, Romênia, Eslováquia e Eslovênia.

Na prática, qualquer plano vai ser focado em plantas com teor de proteínas acima de 15%. É o caso de oleaginosas como canola, girassol e soja; legumes secos como feijão, ervilha, lentilha; e leguminosas forrageiras como alfafa. Mas o ceticismo impera. "O objetivo é bom, mas não acredito. É o quinto projeto nos últimos 20 anos. E cada vez esbarra no problema econômico", disse ao Valor, o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Nutrição Animal (SNIA), François Cholat.

Segundo ele, a soja francesa é 25% mais cara que a brasileira ou a americana. Num contexto econômico complicado, é difícil um criador de animais abrir mão da soja do Brasil, especialmente rica em proteínas. "A França tem uma parceria histórica na compra de soja brasileira, mas as importações já caíram de 5 milhões de toneladas para 3 milhões nos últimos anos". Parte do farelo de soja importado foi substituído por farelo de canola produzido na Europa.

Para ele, o Brasil precisa "ajudar" os importadores com programas efetivos de combate ao desmatamento na Amazônia. "As ONGs vi-

am o Brasil, e a pressão dos consumidores vai aumentar para coibir importações de áreas desmatadas".

Um analista francês estima que o programa do governo poderá, no máximo, aumentar em 10% a autossuficiência de proteínas vegetais nos próximos dez anos. Os cálculos são de que a soja rende 3 toneladas por hectare, ante 10 toneladas no caso do milho. E a ampliação da produção desses grãos afetaria as exportações de trigo. "Sabemos que a Europa não tem a mínima capacidade de ser autônoma em proteína vegetais, porque importa barato e prefere usar sua área com culturas com denominação de origem, por exemplo, que têm elevado valor agregado".

Para a Copa Cogeca, a soja até tem potencial na Europa, mas há muitos obstáculos regulatórios, incluindo a interdição de uso de agrotóxicos e o fato de ser uma cultura de mais fraco rendimento no continente.

Em todo caso, a Europa acompanha um projeto que voltou a estimular a produção de soja não transgênica. É o projeto "Soja do Danúbio", iniciado em 2017 com a participação de 8,5 mil agricultores de 21 países, parte deles da Europa do Leste, incluindo Ucrânia e Rússia. A produção já atinge 700 mil toneladas. (AM)



Para deputada europeia Maria Noichl, acordo UE-Mercosul é 'problema sério'

## Marks & Spencer elimina soja de sua produção de leite vegetal

De Genebra

A varejista britânica Marks & Spencer (M&S) anunciou ontem que eliminará completamente o uso de soja da produção de todos os seus leites vegetais, como parte do compromisso para por fim ao desmatamento na cadeia de suprimento.

Paulo Willgross, diretor de tecnologia da área de alimentos de M&S, declarou em comunicado que soja é amplamente usada na alimentação animal porque é rica em proteína, mas que está consciente "do impacto devastador que seu uso está tendo

nas florestas brasileiras". O grupo diz que vem trabalhando com 44 produtores britânicos para substituir soja com alternativas como óleo de coza e beterraba, também tão nutricionais e saudáveis como soja.

Com isso, segundo M&S, o grupo evita quase 4 mil toneladas de soja que utilizava por ano. É pouca quantidade, mas o simbolismo é forte e pode estimular concorrentes a seguir o mesmo caminho. A soja é uma das commodities globais mais vinculadas ao desmatamento, juntamente com carne bovina, óleo de palma, celulose e pa-

pel, de acordo com a ONG WWF.

Emma Keller, chefe de commodities alimentares na WWF, mencionou a forte dependência de proteínas ricas como soja para produzir alimentos "a um enorme custo para a natureza em lugares preciosos como a Amazônia brasileira e o vizinho Cerrado".

O grupo britânico diz que se trata de um passo a mais no objetivo de desmatamento zero na produção de todos seus produtos.

Neste ano, o British Retail Consortium (BRC), reunindo 96,8% dos varejistas britânicos, alertou o go-

verno brasileiro sobre risco de medidas de retaliação contra produtores brasileiros, por causa da falta de proteção da Amazônia. O grupo enviou carta ao governo de Jair Bolsonaro pedindo na ocasião para reconsiderar a aprovação do PL da Grilagem, que viam como fator para aumentar o desmatamento.

Agora, as declarações de Bolsonaro, acusando ONGs e considerando que o Brasil merece parabéns pela proteção ambiental, são consideradas verdadeiras provocações e só reforçam o sentimento de rejeição a produtos brasileiros. (AM)